

Três anos após os atos antidemocráticos na Praça dos Três Poderes, o **Correio** ouviu relatos de quem trabalha para preservar o acervo da Câmara dos Deputados, como objetos e documentos que contam a nossa história

Fotos: Bruna Gaston CB/DA Press



Documento (E) em processo de restauração, e outro que ainda vai ser recuperado



Fita de gravação é preservada em ambiente com temperatura de 4º C

Preservando elos entre gerações



Imagens da Constituinte de 1988 preservadas no arquivo da Câmara

» LETÍCIA MOUHAMAD

“Lembro exatamente onde estava no dia da invasão. Pelo celular, recebia os avisos. ‘Ó, invadiram. Derrubaram as grades. Estão tentando entrar no Plenário!’ Fiquei desesperado e, no dia seguinte, vi de perto a proporção do estrago”. O relato, referente aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, é de José Raymundo Ribeiro, arquivista e diretor da Coordenação de Preservação de Conteúdos Informacionais do Centro de Documentação e Informação (Cedi) da Câmara dos Deputados. Na ocasião, 64 artefatos de valor histórico e cultural da Casa foram danificados, dos quais 55 foram restaurados.

As equipes da Cedi e do Museu da Câmara foram responsáveis pelo processo de recuperação e restauração do patrimônio. Dentre as obras, as mais afetadas foram os presentes protocolares, — vasos, relógios, pinturas e pratos decorativos. “De todos os objetos, sete ainda não foram restaurados, por uma decisão nossa. Temos competência e condições técnicas para fazê-lo, mas compreendemos que, quando estes artefatos passam por algum evento histórico, o seu conceito e valor histórico muda. Eles (os objetos danificados) são testemunhas do que aconteceu”, explica José. Entre os que não foram restaurados estão vasos doados pela China e pela Hungria e o famoso painel Ventania de Athos Bulcão. Mas, para além dos bens danificados no 8 de Janeiro, a Câmara dos Deputados mantém um gigantesco acervo de objetos, esculturas, mobiliário, documentos, livros e obras de arte integradas à arquitetura, responsáveis por contar a história da Casa, prestes a completar 200 anos, e do Brasil. Imagine que, por trás de cada exemplar original das Constituintes, por exemplo, houve um trabalho minucioso de preservação, conservação e restauro, ofícios que permitem ao público ter acesso a essa memória. E nem é preciso ir tão longe. As poltronas que servem de descanso para a imprensa no Salão Verde são também parte dessa riqueza cultural. Foram desenhadas por Oscar Niemeyer.

Sob diferentes temperaturas e com acesso a variados materiais, o **Correio** conheceu os espaços de restauração e acervo da Câmara, além de conversar com os guardiões destas relíquias.

Minuciosidades

O trabalho de preservação da Câmara dos Deputados une a recuperação física à digitalização, visando reduzir o manuseio dos originais e ampliar o acesso público. No laboratório de encadernação, o foco inicial é a estabilização de danos causados por fungos ou acidez, seguida pela recuperação do suporte material. “A gente usa papel japonês e colas solúveis em água para fazer remendo de rasgo ou complementação de suporte, quando falta parte do arquivo”, detalha a restauradora Vivian Santiago, que trabalhava em documento de quase 200 anos. A intervenção é feita de forma minuciosa, utilizando papéis de diferentes gramaturas e transparências que permitem a leitura sem interferir na integridade do artefato.

Mesmo que o conteúdo escrito de alguma lacuna seja conhecido, mas esteja apagado ou danificado, a equipe opta por intervir apenas na estrutura física, sem inserir informações novas ou reescrever a escrita. “Mexemos apenas no suporte para conseguir manusear o documento novamente”, diz Vivian. Essa filosofia assegura que, caso surjam tecnologias superiores no futuro, as



As Constituições originais de 1891 e 1934 foram digitalizadas, visando reduzir o manuseio dos originais e ampliar o acesso público



Joana Braga (E) e Hanna Freda trabalham no Cedi da Câmara dos Deputados

intervenção atuais possam ser removidas sem danos, mantendo o compromisso de preservar o patrimônio para as próximas gerações.

No laboratório ao lado, de documentos bidimensionais, a restauradora Joana Braga trabalhava com arquivos da primeira legislatura (1826-1829). Segundo ela, embora o papel antigo seja de alta qualidade — feito de algodão ou linho —, a tinta ferro-gálica, utilizada na época, corrói as fibras ao longo dos séculos. “Para reverter o dano, a gente deu um banho químico para estabilizar a tinta e desacidificar a folha do papel. Depois, fazemos os reparos com papel japonês para reestruturar a folha e poder

manuseá-la sem danificar, preservando a informação”, explica.

Alguns passos e a reportagem conhece a sala de Virgínia Barbosa, especialista em conservação e restauração de artefatos tridimensionais, como obras de arte, presentes protocolares e objetos inusitados descobertos durante reformas na Câmara. Ali, o foco é a estabilização e a proteção, a fim de manter as marcas originais dos artefatos. “São objetos com danos e sujidades que, caso fossem retiradas, fariam-os perder seus sentidos”, diz, mostrando um balde com rastros de tinta recuperado após uma antiga reforma na Casa.

Bicentenário

Como um elo, o acervo da Câmara dos Deputados é o único espaço responsável por guardar documentos que permaneceram intactos ao longo de dois séculos de história, servindo como um elo entre diferentes gerações e sedes da instituição. “Ter a documentação completa das assembleias constituintes desde 1823 é um tesouro que nasce das atividades legislativas que a Casa se compromete a disponibilizar para pesquisas, livros e filmes”, destaca o arquivista e diretor da Coordenação de Arquivo, Darlan Eterno.

A preservação é fruto de um investimento contínuo em tecnologia e espaços climatizados, nos quais cada suporte exige uma temperatura específica, chegando a salas de 4°C para filmes antigos. Embora o acesso físico seja possível mediante agendamento, o foco atual é a digitalização plena para garantir que o público conheça o conteúdo sem a necessidade de manusear os originais, que só passam por restauração em casos de extrema necessidade, priorizando-se sempre a conservação preventiva. A preservação do arquivo, aliás, envolve um complexo processo de descrição de contexto e paleografia para decifrar manuscritos de 200 anos.

Para Darlan, o trabalho no arquivo da Câmara é a realização de um legado que começou em seu estágio na instituição em 2003. “É curioso observar que temas atuais, como liberdade de imprensa, imigração e vacina já eram debatidos em 1826. É algo cíclico”, comenta. O arquivista ainda chama atenção para o valor do arquivo como fonte primária. “Aconselho as pessoas a procurarem essa fonte primária, como foi escrito, e usar isso como fonte; os documentos contam essa história porque eles são o relato daquela atividade de em si”, ressalta.

No momento, os documentos da primeira legislatura, cujo bicentenário é celebrado neste ano, estão sendo digitalizados e em breve estarão à disposição do público pela plataforma da Câmara.